

## *Nelson Werneck Sodré e a História Militar Do Brasil*

Alexandre Manuel Esteves Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** *O presente trabalho realiza um estudo sobre o livro História Militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré, publicado em 1965, que corresponde a uma fase madura de seu autor. Trata-se de uma nova perspectiva na sua interpretação histórica e política que é influenciada pela atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com a decorrente proposição nacional-desenvolvimentista. O Instituto abrigava intelectuais que propugnavam reforçar os segmentos mais dinâmicos e modernos da economia. As posições de Sodré apresentam também afinidades com orientações adotadas pelo PCB na Declaração de Março (1958) e no seu V Congresso (1960). Com isso, o militar e eminente historiador marxista consolida, com o referido livro, uma reflexão sobre a importância e o papel nacional e democrático das Forças Armadas na história brasileira.*

**Palavras-chave:** *História, Forças Armadas, Nelson Werneck Sodré.*

**Abstract:** *This paper conducts a study on the book Military History of Brazil, Nelson Werneck Sodré, published in 1965, which corresponds to a mature phase of its author. This is a new perspective on their historical and political interpretation that is influenced by the activity in the Institute of Brazilian Studies (ISEB), with the resulting proposition national developmentalism. The Institute housed intellectuals who advocated strengthening the most dynamic and modern economy. The positions of Sodré also have affinities with guidelines adopted by the PCB in the Declaration of March (1958) and in its V Congress (1960). With this, the eminent military historian and Marxist consolidates, with that book, a reflection on the importance and role of the national and democratic armed forces in Brazilian history.*

**Keywords:** *History, Military, Nelson Werneck Sodré.*

Eu também já fui brasileiro  
Moreno como vocês.  
Ponteei viola, guiei forde  
e aprendi na mesa dos bares  
que o nacionalismo é uma virtude  
Mas há uma hora em que os bares se fecham  
e todas as virtudes se negam.  
(Carlos Drummond de Andrade, *Alguma poesia*, 1930)

O historiador marxista e general-de-brigada da reserva Nelson Werneck Sodré (1911-1999) é autor de uma obra que chama a atenção tanto pela amplitude temática quanto pela sua vasta extensão em artigos, ensaios e quase sessenta livros, construindo uma trajetória que já foi caracterizada, segundo a dupla vocação de historiador e militar, como a de um intelectual “entre o sabre e a pena”<sup>2</sup>. E como uma espécie de espaço de interseção dessa dupla vocação, a problemática da história militar do Brasil também encontra lugar na sua obra.

Ao contextualizar a emergência dessa expressiva obra, convém apontar a importância das interpretações sobre o Brasil que se apresentam na década de 1930 em trabalhos como *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Evolução Política*

*do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. No segundo semestre de 1934, Nelson Werneck Sodré começa a sua atividade literária com um sentido mais claramente público nas páginas do *Correio Paulistano*. Dois anos depois, assume o rodapé de crítica literária do mesmo periódico e, em 1938, publica o seu primeiro livro: *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*. Neste livro de estreia, afirma que “nada caracteriza melhor os tempos que correm do que o gosto, cada vez mais difundido e generalizado, pelos estudos históricos e sociais”<sup>3</sup>, o que já demonstra a efervescência da reflexão sobre os diversos aspectos da realidade nacional naquele momento.

A inserção do trabalho intelectual de Nelson Werneck Sodré nas diferentes interpretações do Brasil formuladas pelos autores da chamada “geração de 1930” não se reduz à cronologia das publicações. De fato, ela expressa o que Antonio Candido identificou como “mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo”<sup>4</sup>.

Assim, segue uma forte sequência inicial de composições e publicações de livros após *História da Literatura Brasileira* (1938) que têm a seguinte ordem: *Panorama do Segundo Império* (1939), *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941), *Orientações do pensamento brasileiro* (1942), *Síntese do desenvolvimento literário do Brasil* (1943), *Formação da sociedade brasileira* (1944) e *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1945). Com este último livro, a sequência é interrompida por mais de dez anos. O autor só retomou a atividade pela qual vinha se notabilizando com textos publicados pelo ISEB (como *As classes sociais no Brasil* e *O Tratado de Methuen*) e, mais claramente, com o livro inédito *Introdução à revolução brasileira*, de 1958.

Nesse *interregno*, vão ocorrer as mudanças no seu pensamento, decorrentes principalmente do aprofundamento das leituras da teoria marxista que realiza no decorrer dos anos 1950, superando as influências materialistas vulgares como Haeckel e Buechner, e da própria reformulação em curso dos estudos acerca das formações econômico-sociais brasileiras, que realiza com grande impacto a partir dos anos 1960<sup>5</sup>. Isso explica determinadas avaliações autocríticas bastante ríspidas que realiza de algumas de suas primeiras obras.

No curso desse movimento autocrítico, alguns momentos são significativos, seja por sinalizarem o alcance de suas reformulações, seja por atestarem, simultaneamente, a vitalidade do seu engajamento no ofício de pensar e repensar elaborações sobre um

Brasil que também se modifica ao longo do intenso século XX. No livro *Memórias de um escritor*, escrito em 1969 e publicado em 1970, ele aborda suas influências intelectuais, seus círculos de convivência e a sua produção literária desde a estréia, como colaborador do órgão oficial do Colégio Militar, *A Aspiração*, em 1924, até a intensa produção na imprensa durante o ano de 1945. Acerca de *Panorama do Segundo Império* (1939), ele afirma que “era um livro conservador, com evidentes laivos reacionários”. Em relação à *Síntese do desenvolvimento literário do Brasil* (1943), Sodré chega a afirmar que o livro demonstra “quão fracos eram ainda os meus conhecimentos de materialismo histórico e de dialética marxista para tratamento de fenômenos e processos tão complexos como os da criação literária e de sua história nacional”<sup>6</sup>.

Tendo em vista uma compreensão adequada das mudanças ocorridas no pensamento do eminente historiador, deve-se considerar o seu ingresso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o debate proporcionado pelos adeptos do nacional-desenvolvimentismo, que propugnavam reforçar os segmentos mais dinâmicos e modernos da economia, impulsionando a industrialização e as reformas sociais necessárias. No que diz respeito às diferenças consolidadas no interior do campo intelectual, devem-se destacar particularmente as existentes entre aqueles que compõem o ISEB, no qual as contribuições específicas de Nelson Werneck Sodré são bastante elucidativas. Caio Navarro de Toledo vai situá-lo, diferenciando-o do “nacionalismo burguês postulado por Jaguaribe e, em certa medida, por Guerreiro Ramos” e identificando-o com um “nacionalismo de orientação popular e democrática”, como o de Vieira Pinto<sup>7</sup>.

Nesse sentido, convém considerar também a mudança de orientação política do PCB, que vai ganhando terreno a partir do impacto causado pelo XX Congresso do PCUS e se consolidando nas principais proposições da *Declaração de Março* de 1958. Tal orientação seria, posteriormente, reafirmada no V Congresso do PCB, realizado em setembro de 1960. Na *Declaração de Março*, encontra-se uma avaliação positiva do desenvolvimento econômico do Brasil. O desenvolvimento capitalista nacional é considerado um elemento progressista na nossa dinâmica econômica e conflitante tanto com os setores atrasados da economia – estando o exemplo mais simbólico na chamada relação semifeudal no campo – quanto com o imperialismo norte-americano. Conforme o texto oficial, “este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece”<sup>8</sup>.

Por sua vez, o processo de democratização também não é linear, sofrendo, em determinados momentos, retrocessos ou interrupções, mas, sobretudo, é claramente posto como uma tendência permanente. A situação internacional é marcada, nos termos do documento, pelo ascenso do socialismo e dos movimentos pela paz e de libertação nacional em todo o mundo, permitindo o crescimento das forças antiimperialistas e democráticas.

(...) a Declaração de Março de 1958 (...) representa o início de uma nova fase na vida do partido, redefinido a compreensão que os comunistas tinham do movimento democrático e nacionalista, da política de frente única e do papel da democracia na luta pelo socialismo. E é inegável que, a partir dela, o PCB passou a se inserir de forma mais ativa na sociedade brasileira.<sup>9</sup>

A partir dessas mudanças de orientação no seu pensamento, Nelson Werneck Sodré vai consolidando também uma interpretação da história militar do Brasil. Em setembro de 1959, ele fez uma conferência sobre as instituições militares nacionais no segundo curso de “Introdução aos Problemas Brasileiros” promovido pelo ISEB. O material dessa conferência foi utilizado em um ensaio que apareceu na primeira edição de *Introdução à revolução brasileira* (1958). Nessa mesma época, escreve na coluna “Situação Militar” de *O Semanário*, usando o pseudônimo de “Cel. X”, e, em seguida, publica os seguintes livros mais relacionados ao tema destacado: *Narrativas militares* (1959), *História militar do Brasil* (1965) e *Memórias de um soldado* (1967)<sup>10</sup>.

O ensaio sobre a questão militar, que vai deixar de constar nas outras edições de *Introdução à revolução brasileira*, servirá de esboço para compor a *História militar do Brasil*. Ainda antes da publicação de *História militar do Brasil*, Sodré publica *Formação histórica do Brasil* (1962), apoiando-se em anos de pesquisa e nos cursos ministrados no ISEB desde que assumira a chefia do Departamento de História, e *História da burguesia brasileira* (1964). A importância desses três livros recebe uma contundente avaliação de Marcos Del Roio:

Na vasta obra de Nelson Werneck Sodré, pode ser destacada a trilogia publicada entre 1962 e 1965, um período crítico e decisivo da história nacional. Foi nessa época e nesses livros que Werneck Sodré amadureceu efetivamente sua leitura da formação social brasileira, começando com uma análise da formação histórica do Brasil e terminando com uma interpretação da história militar do Brasil<sup>11</sup>.

De fato, a estrutura do livro *História militar do Brasil* apresenta uma evidente sintonia com a concepção de periodização de nossa história nacional vislumbrada nos

outros livros que compõem a trilogia destacada por Marcos Del Roio. O livro é dividido em três partes: “Fase colonial”, correspondendo ao período da conquista ultramarina desta parte do território americano por determinação da Coroa portuguesa até o processo de Independência; “Fase autônoma”, abrangendo da Independência até o fim da “República Velha” ou Primeira República; por fim, a “Fase nacional”, que vai da chamada “Revolução de 1930” em diante. Vale ressaltar que, no que diz respeito ao ângulo de abordagem adotado na obra em questão, Pedro Luís Puntoni define com justeza que essa história militar representa “antes de mais nada uma genealogia do caráter popular, e por isso democrático, do exército brasileiro”<sup>12</sup>.

Em relação à “Fase colonial”, à qual dedica cerca de 60 páginas de um trabalho com mais de 500, Sodré procura integrar a emergência, consolidação e *modus operandi* das organizações militares aos fundamentos e à estrutura da própria colonização. Ele acredita que “a missão das forças militares, durante os três séculos de dominação lusa, pode ser resumida no seguinte: *assegurar a empresa da colonização*”. Essa missão devia se materializar fundamentalmente na conquista, defesa e expansão do território. A ênfase no aspecto territorial se articula com o regime predominante na dinâmica colonial, ou seja, “o da grande propriedade produzindo sob o trabalho escravo e para o exterior, estabelecida em região colonial, com uma sociedade dividida em senhores e escravos”<sup>13</sup>.

Desde o começo da “empresa da colonização”, a ordem privada estabelecida exerce uma decisiva influência na configuração da ordem pública, tanto na estrutura política e administrativa quanto na organização militar. Através dos livros *Evolução do povo brasileiro* e *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Viana é um autor bastante citado por Sodré para enfatizar o “caráter guerreiro” da empresa colonial, permitindo alinhar o “sistema de fortificações” com os engenhos no processo de ocupação, defesa e produção. Sendo assim, “o senhor de terras será, conseqüentemente, autoridade pública. Investido, inclusive, do poder militar, salvo no mar, para o que não tem possibilidades”<sup>14</sup>.

Sodré distingue as áreas escravistas, “aquelas em que se instalou desde logo a empresa açucareira em larga escala”, da área feudal. Esta última área seria composta pelas “colônias de povoamento do tipo de São Vicente e São Paulo”, pelas “regiões de ocupação linear, do tipo amazônica”, e pelos “sertões em que se expande o pastoreio”<sup>15</sup>. Tal distinção, presente nos seus escritos desde *Formação histórica do Brasil*,

proporcionou uma série de debates e polêmicas teóricas sobre os modos de produção e as formações sociais no Brasil.

Em um de seus últimos trabalhos que aborda esse assunto, Werneck Sodré afirma “não ter esperado tantas controvérsias a tal respeito” e ratifica a sua posição. Atribui ainda uma “singular mistura entre ciência e ideologia” nas motivações que estimulam a controvérsia destacada, pois deve-se “lembrar que os documentos políticos do partido do proletariado brasileiro sempre se referiam, até algum tempo atrás, a relações feudais ou semifeudais cuja superação se fazia necessária”<sup>16</sup>.

Apesar de essa distinção entre áreas escravistas e área feudal adquirir importância na sua interpretação histórica do Brasil, o autor acredita que elas não resultavam em diferenças significativas na dinâmica concreta da organização militar. De um modo geral, ele define três tipos de organização militar com atuação em âmbito terrestre:

as regulares, tropas vindas do reino, como aquelas que acompanharam Tomé de Souza e outros governadores-gerais, ou acudiram às operações especiais contra invasores poderosos, do tipo dos franceses que se estabeleceram na Guanabara e no Maranhão, ou do tipo dos holandeses, que se estabeleceram em Pernambuco, ampliando depois seus domínios; a semiregular, constituído pelas forças dos Serviços de Ordenanças, regulares do ponto de vista de que institucionalizadas pela legislação, a partir dos primeiros documentos, as Cartas de Doação e as Cartas de Floral, concedidas aos donatários, e ampliadas com os Regimentos baixados aos governadores-gerais, mas irregulares do ponto de vista de que não eram compostas de soldados, mas de moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares, quando se apresentava a oportunidade; e irregulares, aquelas que se organizam à base de povoadores, moradores ou colonizadores, à margem da legislação e, portanto, da vontade das autoridades metropolitanas ou locais, para atender a uma necessidade dos próprios interessados, do tipo da bandeira.<sup>17</sup>

Esses tipos de organização militar acabam por prevalecer durante um longo período da colonização, no qual se mantinha uma estreita aliança de interesses entre as classes dominantes coloniais e metropolitanas. No decorrer do século XVIII, tal aliança de interesses fica abalada em função da mineração. A Coroa portuguesa não pode mais operar limitando-se a delegar poderes; ela passa a se sentir obrigada a instalar todo um aparelho administrativo para garantir efetivamente o controle sobre a produção aurífera.

A principal consequência na organização militar será o declínio das Ordenanças e o desenvolvimento extraordinário das Milícias. Enquanto as primeiras prevalecem em territórios onde a mineração não apareceu, as demais exercem suas funções em territórios marcados pelo crescimento e deslocamento populacional, procurando coibir

as mais diversas tentativas de sonegação e evasão de recursos. Dessa maneira, Sodré destaca que o inimigo a ser combatido pelas forças militares vai deixar de se concentrar nos “indígenas” ou nos “piratas”, mas, com a mineração, o inimigo principal vai ser o “próprio povo, que sofre da tributação extorsiva”<sup>18</sup>.

(...) As Ordenanças continuam a ser uma força territorial, gerada à base da estrutura econômica, política e social da população, nas áreas antigas, atendendo a eventuais ameaças afastadas, mobilizando-se apenas em face de circunstâncias que a isso obriguem. As Milícias, recrutadas no país, isto é, na colônia, no que diz respeito aos soldados e, depois, aos postos inferiores de oficiais, tendem para a organização permanente, colocam-se sempre nos locais ou nas zonas em que há perigo mais próximo de ameaça interna ou externa, aquela em primeira urgência e principal, cercam as autoridades e mandatários metropolitanos, assegurando-lhes o exercício funcional.<sup>19</sup>

A transição da fase colonial para a autonomia política é marcada pela vinda da Corte para o Brasil. A constituição de um Império nos trópicos implica o “*enraizamento de interesses portugueses e sobretudo o processo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia*”<sup>20</sup>. Diversas iniciativas foram adotadas para incrementar a organização militar, como a criação do Corpo da Brigada Real do Brasil, o Arsenal Real da Marinha, a Real Academia dos Guardas Marinhas, a Academia Real Militar, a Real Fábrica de Pólvora, a Intendência e Contadoria da Marinha. Toda uma movimentação de centralização dos poderes que antes se encontravam delegados aos senhores de terras.

Ainda ao comentar a parte dedicada à fase colonial do livro *História militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, Paulo Ribeiro da Cunha não deixa de perceber a dificuldade do autor em desenvolver uma linha de argumentação que, de fato, fundamente a sua posição sobre o caráter das forças militares terrestres. Nesse sentido, ele afirma que “a tese principal sobre o caráter democrático do Exército, nesse clássico, não encontra elementos comprobatórios, mesmo que se considere a função projetada para nossas instituições militares”. Uma temática efetivamente bastante distante da dinâmica colonial.

A segunda parte de *História militar do Brasil* se intitula “Fase autônoma”. Nessa parte, seu autor é contundente ao afirmar que “a Independência não foi uma revolução, no sentido de que não alterou a relação entre as classes, manteve o regime da grande propriedade e do trabalho escravo e da economia de exportação”. A manutenção das estruturas econômica e social explica a ausência de mudanças significativas nas organizações militares, pois, ainda segundo Sodré, “as organizações militares, parte do

aparelho de Estado, refletem sempre as condições da sociedade que as geram”<sup>21</sup>, o que pode ser atestado pela leitura da Constituição de 1824 e do Decreto de 1º de dezembro do mesmo ano.

O cenário político apresenta mudanças com abdicação de D. Pedro I ao trono, em 7 de abril de 1831, e as revoltas do período regencial. O sentido da renúncia de D. Pedro I, enquanto consolidação do movimento de Independência, vai adquirindo sua verdadeira fisionomia com a crescente dominação da classe dos senhores de terras. Essa classe senhorial forja seu instrumento militar com a criação da *Guarda Nacional* ainda no ano de 1831, conforme aponta Sodré:

Não é preciso demorado exame para verificar como, em todos os seus detalhes, a *Guarda Nacional* representava uma criação específica do regime dominado pela classe senhorial. Sua subordinação às Câmaras Municipais, aos juízes de paz, às listas eleitorais, denunciam características nitidamente de classe, uma vez que tais elementos eram representantes diretos de senhores de terras. Ao lado das forças de linha, assim, criava-se um instrumento militar específico dos grandes proprietários, destinado, pela confiança integral que merecia deles, a neutralizar, em qualquer eventualidade, as tendências da tropa regular. E não foi por mera coincidência que, em decreto de 17 de janeiro de 1832, ficava declarado que os militares não gozavam de foro especial no caso de crime político. A Sociedade Militar, perigosa organização paralela que agrupava numerosos elementos militares envolvidos nos tumultos da época, era dissolvida em 7 de dezembro. Em 12 de agosto de 1834 passava no legislativo emenda constitucional cuja essência representava os interesses da classe dominante. Pouco a pouco, os elementos representativos dela concentrariam todos os poderes, o militar, o religioso, o político, o administrativo. Diante das ameaças que enfrentavam, lançavam mãos de todos os recursos, na defesa dos privilégios que detinham”<sup>22</sup>.

Diante desse quadro de regressão conservadora, as forças armadas regulares passam a desempenhar um papel secundário face ao fortalecimento progressivo da *Guarda Nacional*. Essa situação de desprestígio é um fator constante durante o “período áureo do Império”. Uma situação que passa a ser revertida a partir da Guerra do Paraguai, quando o “Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e a coesão interna, que dele fariam daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político”<sup>23</sup>.

Nesse sentido, Nelson Werneck Sodré enfatiza o envolvimento de militares na campanha abolicionista, nas questões militares propriamente ditas e na proclamação da República. Identifica também o papel desempenhado pelos governos dos marechais na ascensão progressiva da burguesia, na consolidação da República e no enfrentamento com o latifúndio. Referindo-se à passagem do governo Prudente de Moraes para o de Campos Sales, chega a afirmar que o Exército era “incompatível” com a “ditadura do latifúndio” e “para instaurá-la, tornava-se necessário destruí-lo”<sup>24</sup>.

O historiador marxista e nacionalista não encontra dificuldade para estabelecer a importância do papel jogado pelos militares na resistência e enfrentamento aos governos das oligarquias e dos latifúndios. Acredita que as organizações militares vão deixando de ser “um instrumento inadequado do latifúndio” para se tornarem “instrumento da burguesia em ascensão”. O próprio movimento tenentista representa esse claro impulso renovador: “o impulso burguês, a força do avanço, o sentido inconformista, amplo, nacional”. Em outras palavras, o autor “assinala o divórcio entre o poder, dominado pelo latifúndio, e o aparelho militar, que se recusa a servi-lo”<sup>25</sup>.

A terceira e última parte do livro, intitulada “Fase nacional”, procura demonstrar as características de um novo período histórico inaugurado com a chamada revolução de 1930 e a decorrente instauração da “era Vargas”. Esse processo de ascensão burguesa, ainda que, inicialmente, buscando estabelecer uma conciliação com as forças representativas do latifúndio e do imperialismo, constituiria um inequívoco impulso para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Vale destacar que a reflexão sobre papel desempenhado por setores da pequena burguesia em tal processo, os movimentos muitas vezes contraditórios das organizações militares, os distintos momentos que compõem a “era Vargas” e o desfecho dramático com o golpe militar de 1964 são elementos que se relacionam com a própria vivência do autor. No seu primeiro livro de memórias, cujo título é *Memórias de um soldado*, publicado em 1967, Werneck Sodré aborda a sua formação inicial, incluindo o impacto de episódios como a revolta dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrido em 5 de julho de 1922. Destaca também o seu ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1924, seus professores, estudos e leituras. Com evidente ênfase na sua trajetória profissional militar, o livro trata desse aspecto até o momento no qual o seu autor se torna general da reserva, vive a experiência da prisão e dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que passou a responder. Décadas depois de sua primeira edição, esse trabalho é reeditado em dois volumes distintos: *Do tenetismo ao Estado Novo* (1986) e *Do Estado Novo à Ditadura Militar* (1987).

A “era Vargas” não deve ser vista como um período histórico politicamente homogêneo. Ela é composta por momentos bastante específicos, como a “ditadura pretoriana” do Estado Novo, o “Consulado militar”, com sua adesão à política da “Guerra Fria”, durante o governo Dutra, o “golpe gorado” com o suicídio de Vargas, a “ditadura frustrada” com a renúncia de Jânio Quadros e os impasses para a posse de João Goulart, e, por fim, a “ditadura vitoriosa” com o golpe militar de 1964. Esses são

diferentes momentos que expressam as disputas políticas e as correlações de forças existentes na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Publicado sob o impacto do golpe de 1964, o livro *História militar do Brasil* apresenta um discurso historiográfico com evidente intencionalidade de conquistar aliados para as posições nacionalistas do seu autor, inclusive no seio das organizações militares. Nesse sentido, Werneck Sodré, após discutir a missão das Forças Armadas na fase colonial (conquista, manutenção e expansão territorial) e na fase autônoma (manutenção da unidade nacional e garantidor do exercício do poder pela autoridade central), enfrenta o problema de definir a missão das mesmas “nos dias atuais”. Ele se posiciona diante desse problema com uma simples frase, que sintetiza efetivamente seu ponto de vista: “assegurar ao país as condições para realizar-se como nação”<sup>26</sup>.

Ao discutir as condições necessárias para que o país se realize como nação, Werneck Sodré destaca dois aspectos: “assegurar as condições democráticas e assegurar a livre expansão econômica nacional”. Para assegurar as condições apontadas, acredita que as Forças Armadas estão trilhando historicamente, a partir dos anos de 1930, o caminho do cumprimento da sua missão institucional em confronto com as forças representativas do latifúndio e do imperialismo<sup>27</sup>. Essa avaliação excessivamente positiva se reflete no desfecho da sua referida obra, quando aborda a democratização da estrutura militar em um contexto marcado, na verdade, pela implantação de um regime ditatorial no Brasil:

A democratização da estrutura militar, pois, é a fase final, a de acabamento, para que o caráter nacional apareça em sua inteireza, nas Forças Armadas. O divórcio entre uma cúpula, que aparenta tudo poder e pode pouco, e entre a massa militar que, longe de estar estimulada para a desobediência, deseja calorosamente e profundamente obedecer aos dignos de obediência, terminará ao atingir a cúpula o processo de transformação que já dominou a massa. Os próprios conceitos de hierarquia, de ordem e de subordinação, que se vão despojando de seu antigo conteúdo, assumem aspectos novos, porque traduzem um conteúdo novo. Haverá uma hierarquia mais sólida, uma ordem mais estável, uma subordinação mais consciente, na medida em que as Forças Armadas completem a sua transformação em instituições nacionais. Com a aceitação plena de que só é nacional o que é popular.<sup>28</sup>

Entretanto, o curso de realidade histórica nacional não transcorreu conforme a conclusão do autor no seu livro. Se, por um lado, a ideia de “tudo poder” era aparente; por outro, a cúpula militar certamente exercia um poder maior do que o pouco citado no texto acima. Isso não significa que uma crítica historiográfica consequente em relação à abordagem desenvolvida no livro deva negar-lhe os méritos de sua pesquisa inovadora e

da sua argumentação contundente. Mas, ao estabelecer os limites de seu discurso nacionalista, é forçoso reconhecer, como diz o poeta, que “há uma hora que os bares se fecham e todas as virtudes se negam”.

### **Referências bibliográficas:**

CARONE, Edgar. *O PCB (1922-1943)*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

CUNHA, Paulo Ribeiro. *Um olhar à esquerda*. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro/São Paulo: Revan/FAPESP, 2002.

CUNHA, Paulo, Ribeiro da e CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GAIO, André Moysés. *Uma teoria da independência: história e revolução em Nelson Werneck Sodré*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC/SP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Modernismo e ensaio histórico*. São Paulo: Cortez, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, vols. 1 a 3, 1961-3.

NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Apresentação”. In: *PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. IX.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru/São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, 1938.
- \_\_\_\_\_. *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Orientações do Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vecchi Ltda, 1942.
- \_\_\_\_\_. *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.
- \_\_\_\_\_. *Ofício de escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e História no Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Em Defesa da Cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990
- \_\_\_\_\_. *A ofensiva reacionária*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992
- \_\_\_\_\_. *A fúria de Calibã: memórias do Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

---

<sup>1</sup> Doutor em História (UERJ) e professor do Instituto de Educação (ISERJ/FAETEC)

<sup>2</sup> Essa expressão aparece no livro que contém contribuições da VIII Jornada de Ciências Sociais da Unesp em 2002: CUNHA, Paulo Ribeiro e CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

<sup>3</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, 1938, p. 235.

<sup>4</sup> CÂNDIDO, Antonio. "O significado de *Raízes do Brasil*". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, p. XI

<sup>5</sup> Cf. KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 75-76; NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 197-201; GAIO, André Moisés. *Modernismo e ensaio histórico*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 102-107.

<sup>6</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Em Defesa da Cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.219 e 273.

<sup>7</sup> TOLEDO, Caio Navarro. "Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré". In: SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru/São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001, p. 47.

- 
- <sup>8</sup> “Declaração sobre a política do PCB (março de 1958)”. In: CARONE, Edgar. *O PCB (1922-1943)*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982, p. 178.
- <sup>9</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Apresentação”. In: *PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. IX.
- <sup>10</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992, p. 102 e 114.
- <sup>11</sup> DEL ROIO, Marcos. “História da burguesia brasileira”. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 163.
- <sup>12</sup> PUNTONI, Pedro Luís. “Nelson Werneck Sodré e a história militar do Brasil”. In: SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru/São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001, p.78.
- <sup>13</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 78.
- <sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 33, 34 e 25.
- <sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p.41.
- <sup>16</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p.9 e 19.
- <sup>17</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 32-33.
- <sup>18</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 78.
- <sup>19</sup> Idem, *ibidem*, p. 62.
- <sup>20</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 25.
- <sup>21</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 80 e 91.
- <sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p.153.
- <sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 174 e 176.
- <sup>24</sup> Idem, *ibidem*, 233.
- <sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 288 e 270.
- <sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 487-8.
- <sup>27</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p.488-9.
- <sup>28</sup> Idem, *ibidem*, p. 494.